

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.479 - SP (2020/0014760-6)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
SUSCITANTE : LUANA SOUZA MANAGLIA
ADVOGADO : CLOVIS VEIGA LARANJEIRA MALHEIROS - BA017852
SUSCITADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITADO : TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : SÔNIA MARIA JOSÉ MARSIGLIO MATRICARDI - SP043231
INTERES. : MUNICÍPIO DE COTIA
PROCURADOR : STELLA CLAUDIO GIOIELLI - SP315670

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência negativo instaurado por Luana Souza Managlia, que objetiva a manifestação do Superior Tribunal de Justiça sobre a competência para processar e julgar a reclamação interposta contra ato do Presidente do Colégio Recursal de Itapeverica da Serra/SP, que não conheceu do agravo interno manejado em desafio a decisão monocrática proferida em sede de agravo de instrumento, em face do indeferimento do pedido de justiça gratuita.

A suscitante afirma que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo declarou-se incompetente para julgar a reclamação e encaminhou os autos à Turma de Uniformização do Sistema dos Juizados Especiais daquela Unidade da Federação que, por sua vez, não conheceu do pedido, em razão da reclamante não ter indicado contrariedade à jurisprudência consolidada desta Corte Superior.

Aduz que o juiz presidente da Turma Recursal contrariou o Código de Processo Civil e a Resolução n. 754/2016 do TJ/SP, motivo pelo qual interpôs agravo interno e, justamente por não ter sido conhecido, ajuizou a reclamação em comento, a qual ambos os suscitados se recusam a apreciar.

O Ministério Público manifestou-se pelo não conhecimento do conflito (e-STJ fls. 222/226).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 34, XXII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o relator poderá "decidir o conflito de competência quando for inadmissível, prejudicado ou quando se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência dominante acerca do tema ou as confrontar".

Dito isso, tem-se que, analisado detidamente o feito, constata-se

que não há conflito a ser dirimido por esta Corte Superior.

Tem-se que, nos termos do art. 66, I e II, do CPC/2015, haverá conflito de competência quando dois ou mais juízes se declararem competentes ou incompetentes para o processamento e julgamento de determinado feito. A propósito, confira-se o dispositivo legal:

Art. 66. Há conflito de competência quando:

I - 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes;

II - 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência;

III - entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

Parágrafo único. O juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, salvo se a atribuir a outro juízo.

No caso, conforme ressaltado pelo Ministério Público Federal, não há divergência entre juízos a respeito da competência para o exame de uma mesma demanda ou sobre a reunião ou separação de processos, sendo indevida a utilização do conflito de competência como sucedâneo recursal.

A propósito:

GRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ART. 66 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REQUISITOS. AUSÊNCIA. CONFLITO ENTRE OS JUÍZOS SUSCITADOS. INEXISTÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Na linha da jurisprudência desta Corte, somente se instaura o conflito de competência quando dois juízos se declaram competentes ou incompetentes para processamento e julgamento de uma mesma demanda ou quando, por regra de conexão, houver controvérsia entre eles acerca da reunião ou separação dos processos.

2. O conflito de competência não pode ser usado como sucedâneo recursal. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC 154469/BA, rel. Min. RICARDO

VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29/11/2017).

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DOS JUÍZOS APONTADOS COMO SUSCITADOS EM UMA MESMA DEMANDA. DESCABIMENTO DO INCIDENTE COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

1. Para a caracterização do conflito de competência, nos moldes estabelecidos no art. 66, c/c o art. 953, I, parágrafo único, todos do CPC/2015, faz-se necessário que os juízos diverjam sobre a competência para o julgamento de uma mesma demanda.

2. No caso, a própria agravante informa que a manifestação de incompetência da Justiça laboral ocorreu nos autos de reclamação trabalhista, assim como a Justiça comum declarou-se incompetente para o julgamento de ação de cobrança. Em ambos os feitos, os juízos entenderam por julgar extinto o processo sem julgamento de mérito.

3. O inconformismo pautado na alegada necessidade de envio dos autos ao juízo competente não encontra no conflito de competência o remédio jurisdicional adequado, porquanto o incidente não pode ser utilizado como sucedâneo recursal.

Superior Tribunal de Justiça

4. Descabe a esta Corte, em conflito de competência, decidir divergências acerca de questões procedimentais inerentes a sistemas de informática e tramitação de processos da Justiça estadual, Federal e Especializada.
5. Agravo interno ao qual se nega provimento. (AgRg nos EDcl no CC 151.936/SP, rel. Min. OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 07/11/2017)

Com efeito, o conflito de competência não é o instrumento adequado para discutir o acerto ou desacerto do acórdão da Turma de Uniformização do Sistema dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de São Paulo que, fundamentadamente, não conheceu da reclamação ajuizada pela ora suscitante.

Assim sendo, NÃO CONHEÇO do conflito de competência.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 16 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator